

## ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

### CONTRA RAZÃO :

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL EM ALAGOAS SR/PF/AL.

PREGÃO ELETRÔNICO nº 01/2022

SANTA FÉ CONSTRUÇÕES LTDA – EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.949.783/0001-70, com sede na Praça Salgueiro, nº 39, Iputinga, Recife/PE, CEP 50670-200, neste ato representada por seu sócio ISAURA JULIANA FREITAS LOBO VIANNA, brasileira, casada, empresária e engenheira eletricista, inscrito no CPF sob nº 021.784.914-80, considerada pelo Pregoeiro como Aceita e Habilitada para o item 3, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, dentro do prazo estabelecido no Edital e Ata do Pregão, apresentar recurso:

#### DAS TEMPESTIVIDADE

Prevê o instrumento convocatório, no item 11.2:

“11.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.” Grifo nosso

Neste sentido atendido os prazos mencionados no item 11.2, apresentamos nossas razões de modo tempestivo, tal prazo expirará no dia 28/03/2022 às 23h59min59seg, conforme consta no sistema Comprasnet.

#### DAS PRELIMINARES E DO OBJETO

Inicialmente, informamos que a empresa STA FÉ ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA, a qual trataremos de RECORRIDA, logrou-se vencedora da fase de lances e teve sua proposta aceita/habilitada para o item 3 – Mecânico de Veículos Leves, e após análise da proposta e documentação, apenas a empresa PRONTO SERVIÇOS GERAIS, a qual trataremos de RECORRENTE, interpor recurso, com o intuito de tumultuar o processo licitatório, pois a empresa RECORRIDA cumpriu fielmente a todos os requisitos exigidos nos instrumentos convocatórios, sendo eles considerados em decisão do Pregoeiro de aceitar a proposta e decretar habilitada a empresa RECORRIDA para o item 3.

Diferentemente da empresa RECORRENTE, que teve suas propostas e documentos aceitos/habilitados para os itens 1 e 2 do mesmo pregão, mas descumpriu itens do Edital de Termo de Referência, assim como exigências legais. O que são alvo de recurso nesta licitação. A empresa RECORRIDA, cumpriu com exatamente todas as regras editalícias.

Em sua alegação, a empresa RECORRENTE, basicamente trata de 02 (duas) questões, as quais traremos esclarecimentos em nossas contrarrazões, vejamos os itens apontados pela empresa RECORRENTE, de modo infundado:

1 - A) Das Inconsistências Verificadas na Planilha de Custos:

a.1) Da Ausência de Provisão para Custeio da Previdência Social

a.2) Da Incompatibilidade do Percentual de Férias e Adicional de Férias

B) Das Inconsistências na Documentação de Habilitação

b.1) Da Qualificação Econômico-Financeira

Em nossas contrarrazões abaixo, trataremos ponto a ponto.

#### DAS CONTRARRAZÕES

É fato que a retro mencionada licitação foi dividida em 3 itens, pertencentes ao mesmo grupo 1. Sendo o item 1 referente ao posto de Copeira, o item 2 referente ao posto de Lavador de Veículos e o item 3 referente ao posto de Mecânico de Veículos.

Neste sentido, elaboramos nossa peça de contrarrazão para ser utilizada para o item 3 do certame em questão, considerando que o item 3 pertencem ao Grupo 1 da Licitação, e o recurso encontrasse endereçada a mesma empresa RECORRIDA, vencedora da disputa neste item.

Continuando sobre os fatos, quando do término da fase de lances, a empresa RECORRENTE, ficou classificada em 1º lugar para os itens 1 e 2, assim como para o item 3 restou classificada em 1º lugar a empresa RECORRIDA.

O pregoeiro, acertadamente e muito prudente, optou por avaliar item por item, em sua ordem do 1º ao 3º. E solicitou a empresa RECORRIDA, que apresentasse sua proposta e planilhas ajustada ao último valor ofertado na fase de lances para o item 3.

Quando da análise da proposta ajustada do item 3, o Pregoeiro acertadamente, decidiu por aceitar/habilitar, visto que não encontrou falhas/equívocos na proposta da RECORRIDA.

Sobre as alegações da RECORRENTE:

a.1) Sobre a Ausência de Provisão para Custeio da Previdência Social

Insatisfeita, com a decisão do pregoeiro, a empresa RECORRENTE, alegou que a RECORRIDA havia apresentado falhas em suas planilha de propostas de preços ajustada. Apontando, primeiramente ausência para provisão para custeio de previdência social, pelo fato da empresa RECORRIDA ter zerado o percentual de INSS no submódulo 2.2 alínea A.

Mas, importante esclarecer que a RECORRIDA possui como característica tributária a opção pela Desoneração da Folha de Pagamento - CPRB, pois a atividade preponderante desenvolvida pela empresa é a terceirização de mão de obra do ramo de atividades da construção civil, bem como realização de obras em diversos órgãos públicos. O que nada impede, da mesma, também prestar serviços de cessão de mão de obra em outros ramos de atividades, conforme consta os CNAEs em seu cartão de

Além disto, a RECORRIDA, possui contratos com órgãos públicos federais de terceirização de mão de obra, com atividade distinta de sua área preponderante de atuação. Ou seja, contratos de prestação de serviço de cessão de mão de obra, em caráter contínuo, igualmente ao pretendido na licitação em tela. Estas informações podem ser observada na Declaração de Contratos Firmados com Órgãos Públicos e Iniciativa Privada, bem como, em diligência aos órgãos mencionados na declaração.

A exemplo disto, podemos trazer o Contrato de Cessão de Mão de obra de Mensageiros, firmado com o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, caso haja necessidade, podemos enviar cópia do contrato e termos aditivos de prorrogação do referido. Em se tratando da opção pela desoneração da folha de pagamento, esclarecemos que está opção se dá no início de cada ano, onde as empresa podem optar por pagar 4,50% sobre o valor total do faturamento, ou pagar o percentual de 20,00%, para INSS sobre o valor total da folha de pagamento daquele mês.

Após a opção por parte das empresas junto a Receita Federal, a obrigação de recolhimento da contribuição para a Previdência Social é algo irrevogável e irrevogável na competência de janeiro, devendo a mesma seguir com a modalidade escolhida mediante manifestação a Receita Federal durante todo o exercício (12 meses). Podendo fazer uma nova opção apenas em janeiro do próximo ano.

Esta possibilidade em optar pela CPRB, pagando o percentual de 4,50% sobre o valor total faturado, foi criado pelo Governo Federal, com o intuito de oportunizar as empresa optantes deste benefício, manterem suas contratações de colaboradores, consequentemente fomentando e assim os empregos no País.

Por esta razão, a empresa RECORRIDA, fez juntar em seus documentos de habilitação cópia da Declaração de opção pela CPRB. Esta juntada, foi realizada desde a fase publicação dos instrumentos convocatórios.

Consta na INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.053 de 6 de dezembro de 2021, EM SEU ART 2º parágrafo 7º ao 9º:

"Art. 2º Até 31 de dezembro de 2021, as contribuições previdenciárias das empresas que desenvolvem as atividades relacionadas nos Anexos I e IV ou produzem os itens listados nos Anexos II e V incidirão sobre o valor da receita bruta, e será aplicado o disposto:

...

§ 6º A opção pela CPRB será manifestada:

I - no ano de 2015, mediante o pagamento da contribuição incidente sobre a receita bruta relativa à competência dezembro de 2015;

II - a partir de 2016, mediante o pagamento da contribuição incidente sobre a receita bruta relativa à competência janeiro de cada ano ou à 1ª (primeira) competência para a qual haja receita bruta apurada, e será irrevogável para todo o ano-calendário;

III - no ano de 2018, mediante o pagamento da contribuição incidente sobre a receita bruta relativa à competência setembro de 2018 ou à 1ª (primeira) competência para a qual haja receita bruta apurada, no caso de empresas que somente estarão sujeitas à CPRB a partir de setembro de 2018, em razão de sua inclusão nesse regime de tributação pela Lei nº 13.670, de 30 de maio de 2018, caso em que se aplica o disposto no inciso II para os demais anos-calendário.

§ 7º No caso de empresas que contribuem simultaneamente com base nos Anexos I e II ou IV e V, a opção a que se refere o § 6º valerá, em cada hipótese, para ambos os Anexos, vedada a opção por contribuir com base em apenas um deles.

§ 8º A contribuição previdenciária das empresas a que se refere o caput que não fizerem a opção pela CPRB na forma prevista no § 6º incidirá sobre a folha de pagamento na forma prevista no art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991, durante todo o ano-calendário.

§ 9º No caso de empresas que se dediquem a atividades ou fabriquem produtos sujeitos a diferentes alíquotas da CPRB, o valor da contribuição será calculado mediante aplicação da respectiva alíquota sobre a receita bruta correspondente a cada atividade ou produto." Grifo nosso.

No ART 19º da mesma IN nº 2.053 DA RFB, diz:

"Art. 19. As empresas para as quais a substituição da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento pela CPRB estiver vinculada ao seu enquadramento no CNAE deverão considerar apenas o CNAE principal.

§ 1º O enquadramento no CNAE principal será efetuado pela atividade econômica principal da empresa, assim considerada, dentre as atividades constantes no ato constitutivo ou alterador, aquela de maior receita auferida ou esperada.

§ 2º A receita auferida será apurada com base no ano-calendário anterior, que poderá ser inferior a 12 (doze) meses, quando se referir ao ano de início ou de reinício de atividades da empresa.

§ 3º A receita esperada é uma previsão da receita do período considerado e será utilizada no ano-calendário de início ou de reinício de atividades da empresa.

§ 4º Para fins do disposto no caput, a base de cálculo da CPRB será a receita bruta da empresa relativa a todas as suas atividades, e não será aplicada a regra de que trata o art. 9º." Grifo nosso

Em se tratando de CNAE Principal da empresa RECORRIDA, podemos constatar em seu Cartão de CNPJ que a atividade principal desenvolvida pela empresa é: 41.20-4-00 - Construção de edifícios. Portanto, exatamente enquadrada no que menciona o parágrafo 4º do Art. 19 da IN nº 2.053 DA RFB.

Então de acordo com o parágrafo 4º do Art. 9 da mesma IN da RFB, temos:

"Art. 9º Observado o disposto no § 4º deste artigo e no caput do art. 7º, no caso de empresas que se dedicam a outras atividades, além das relacionadas nos Anexos I e IV, ou que produzam outros itens além dos listados nos Anexos II e V, o cálculo da CPRB será feito da seguinte forma:

I - em relação às receitas decorrentes das atividades relacionadas nos Anexos I e IV e da produção dos itens listados nos Anexos II e V, de acordo com o disposto no art. 2º; e

II - quanto à parcela da receita bruta relativa a atividades não sujeitas à CPRB, de acordo com o disposto no art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991, com redução do valor das contribuições a que se referem os incisos I e III do referido artigo ao percentual resultante da razão entre a receita bruta de atividades não relacionadas nos Anexos I e IV, ou da produção de itens não listados nos Anexos II e V e a receita bruta total.

§ 1º O valor da receita bruta decorrente de exportações será computado no cálculo da proporcionalidade a que se refere o inciso II do caput, tanto na receita bruta de atividades não relacionadas nos Anexos I e IV ou da produção de itens que não estejam listados nos Anexos II e V quanto na receita bruta total.

§ 2º As empresas referidas no caput, nos meses em que auferirem apenas receita relativa às atividades ou produção de itens:

I - listados nos Anexos I, II, IV e V, deverão recolher a CPRB sobre a receita bruta total, hipótese em que não será aplicada a proporcionalidade a que se refere o inciso II do caput; e

II - não relacionados nos Anexos I, II, IV e V, deverão recolher as contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991, incidentes sobre o valor total da folha de pagamentos.

§ 3º A partir de 1º de agosto de 2012, a regra de proporcionalidade prevista neste artigo aplica-se somente às empresas que se dedicam a atividades relacionadas nos Anexos I e IV ou que produzem os itens listados nos Anexos II e V, desde que a receita bruta decorrente da atividade ou da produção de itens seja inferior a 95% (noventa e cinco por cento) da receita bruta total. § 4º Caso a receita bruta ultrapasse o limite previsto no § 3º, a CPRB será calculada sobre a receita bruta total auferida no mês. § 5º As empresas que se dedicam exclusivamente às atividades relacionadas nos Anexos I e IV ou à produção de itens listados nos Anexos II e V não estão obrigadas a recolher as contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991, nos meses em que não auferirem receita.” Grifo nosso.

Como é possível observar as citações da empresa RECORRENTE, dizem respeito a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, mas com o entendimento recente demonstrado através da Instrução Normativa nº 2.053 DA RFB de 6 de dezembro de 2021, que nos traz novo entendimento sobre a situação. Onde deve ser considerado o CNAE Principal da empresa, ou seja, o serviço preponderante prestado pela empresa.

Neste sentido entendemos que, por parte da empresa RECORRIDA devemos considerar 4,50% com CPRB sobre todo o faturamento, enquanto a empresa for optante pela desoneração da folha e, não a contribuição previdenciária de 20% sobre apenas a folha de pagamento.

Considerando portanto esta informação, solicitamos o aceite sobre nossa manifestação e consequentemente aceite da planilha de formação de custos e preços ajustada da empresa RECORRIDA.

Portanto, quanto tentativa da RECORRENTE, em desacreditar a proposta da empresa RECORRIDA, resta frustrada, pois a primeira não apresentou a verdade total da legislação sobre o tema de empresas optantes pela desoneração da folha de pagamento e consequentemente pagamento do INSS através das alíquotas do CPRB.

Demonstrando assim, um completo desconhecimento do assunto, e buscando apenas atrapalhar o andamento do processo licitatório.

#### a.2) Sobre a Incompatibilidade do Percentual de Férias e Adicional de Férias

A RECORRENTE, alega que a RECORRIDA utilizou para o somatório dos percentuais de Férias e Adicional de Férias o valor de 11,11% quando deveria ter utilizado o percentual de 12,11%.

Embora, a RECORRENTE, se utilizando de má fé, procura induzir o nobre pregoeiro a incorrer mais uma vez em erro, ao tentar buscar a reanálise da planilha de formação de preços e custos da empresa RECORRIDA, sem fundamentar o seu questionamento.

Pois, em se tratando da Alínea B do Sub-módulo 2.1, que trata de Férias e Adicional de Férias, a própria planilha publicada pelo órgão licitante como SEI\_PF - 21846884 - Anexo IV - Modelo de Planilha de Custos, traz a seguinte informação:

“Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável. (Incluído pela Instrução Normativa nº 7, de 2018).

Além disto as planilhas em forma Excel, publicadas juntamente com os instrumentos convocatórios, tratam assim: Férias e Adicional de Férias (11,1111%) e logo abaixo apresenta os cálculos que ensejaram neste percentual.

Vejamos:  $A=1/12/100\%$ ;  $B=(1/12/100) + (33,3333\%*8,3333\%) = 11,1111\%$  e acrescenta: “Nota - Metodologia conforme Estudo Sobre a Composição de Custos para Limpeza e Conservação da SEGES/ME, para o Estado de Alagoas, em 2019.”

Nesta planilha, encontram-se informações a respeito do limite máximo aceitável quanto aos custos e preços da instituição. E foram publicados para que todos os interessados em participar do certame, tivessem acesso.

Portanto, ao tornar público em seu modelo de planilha de formação de preços e custos juntado aos instrumentos de convocação (Edital, Termo de Referência e demais anexos), o órgão já orienta como irá julgar as propostas apresentadas. Neste sentido, todas as empresas interessadas em participar se utilizam deste modelo de planilha para compor seus custos e preços em suas propostas.

Caso as empresas optassem em fazer de forma diferente, poderia incorrer em elaboração de proposta com custos maiores do que o estimado pelo órgão licitante, se classificando em lugar razoável para disputar o 1º lugar.

Contudo, outro fator que influencia a não utilização do percentual de 12,10% para a alínea B do Sub-módulo 2.1 da planilha de formação de preços e custos é o fato de haver no Sub-módulo 4.1 na alínea “A”, o valor correspondente a cobertura de Férias do Substituto Legal, ou seja, ao aplicar o percentual máximo aceitável no item Substituto na Cobertura de Férias, no Sub-módulo 4.1, a empresa RECORRIDA não precisará utilizar o percentual de 12,11%, pois se assim o fizesse, estaria cobrando ao órgão licitante de forma duplicada pelos mesmos custos.

Por esta razão, então com o intuito esclarecer, deve-se utilizar o percentual de 11,11% como a empresa RECORRIDA fez, quando se utilizar o percentual máximo para o Sub-módulo 4.1, na alínea “A”.

Caso, não tivesse sido considerado no Sub-módulo 4.1 alínea “A” valor capaz de suportar a cobertura de Férias do Substituto, então sim deveria ser considerado no Sub-módulo 2.1 alínea “B” o percentual de 12,11%

De qualquer modo, importante esclarecer que caso o duto pregoeiro queira ajustar este item, esclarecemos que podemos tratar como mero erro formal ou princípio do formalismo exacerbado/formalismo moderado, onde deve-se oportunizar a empresa que apresentou a proposta a corrigir, sem que majore o valor final ofertado.

Este entendimento de tratar o assunto como mero erro formal, encontra vasta jurisprudência a respeito do tema. Justamente, com o intuito de buscar sempre a melhor e menor proposta, não onerando os cofres públicos.

A proposta do formalismo moderado é justamente acabar com as inabilitações/desclassificações por motivos rasos, por erros ínfimos e insignificantes, isso tem por objetivo resguardar a própria finalidade da licitação, entretanto, de forma alguma quer dizer que a Administração irá se desvincular de seu instrumento convocatório, apenas que deve haver uma visão mais razoável, evitando que seu julgamento provoque uma contratação mais onerosa.

“O disposto no caput do art. 41 da Lei 8.666/1993, que proíbe a Administração de descumprir as normas e o edital, deve ser aplicado mediante a consideração dos princípios basilares que norteiam o procedimento licitatório, dentre eles o da seleção da proposta mais vantajosa. (Acórdão 8482/2013-1ª Câmara).”

Na mesma seara podemos citar a decisão do Mando de Segurança (1ª Seção: MS nº 5.869/DF, rel. Ministra LAURITA VAZ):

“MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PROPOSTA TÉCNICA. INABILITAÇÃO. ARGÜIÇÃO DE FALTA DE ASSINATURA NO LOCAL PREDETERMINADO. ATO ILEGAL. EXCESSO DE FORMALISMO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE.

1. A interpretação dos termos do Edital não pode conduzir a atos que acabem por malferir a própria finalidade do procedimento licitatório, restringindo o número de concorrentes e prejudicando a escolha da melhor proposta.
2. O ato coator foi desproporcional e desarrazoado, mormente tendo em conta que não houve falta de assinatura, pura e simples, mas assinaturas e rubricas fora do local preestabelecido, o que não é suficiente para invalidar a proposta, evidenciando claro excesso de formalismo. Precedentes.
3. Segurança concedida.” Grifo nosso.

Para tanto, deve haver um sopesamento entre os princípios, uma análise crítica, verificando se o documento dispõe da segurança jurídica necessária e se é capaz de atender aos seus objetivos independentemente da forma como é apresentado, aplicando ao caso concreto a decisão que melhor se adeque aos objetivos da licitação, utilizando do instituto da diligência quando for necessário e garantindo a seleção da proposta mais vantajosa sem malferir o princípio da igualdade.

O excesso de formalismo pode por vezes ser encarado como dano ao erário, o que pode vir a acarretar inclusive responsabilidade ao agente autor da decisão. Em outros casos provoca a nulidade dos atos fazendo retornar às fases anteriores. Observamos do Acórdão n. 1924/2011 (Plenário) do Tribunal de Contas da União:

“Enunciado: Constitui-se excesso de rigor a desclassificação de licitantes por conta de erro formal na apresentação da proposta e da documentação exigida.

[...]  
9.4.1 tornar nulos os atos administrativos que inabilitaram as empresas concorrentes no âmbito do Pregão Eletrônico nº 26/2010, bem como todos os atos deles decorrentes, os quais desclassificaram suas propostas, bem como os que homologaram o certame e adjudicaram o objeto, retornando a avença à fase de habilitação;”

Em suma, o que podemos abstrair do tema é que, em momento de desclassificação/inabilitação de uma empresa licitante, devemos observar se não estamos lançando mão de um formalismo exacerbado, sob pena de perder uma proposta mais vantajosa para a Administração que pode posteriormente culminar na declaração de nulidade dos atos tomados.

Portanto, não podemos olvidar a RECORRENTE, apenas olhando para o que a mesma aponta, mas sim, analisando de forma global todos os outros fatores que corroboram com a correta precificação da planilha da RECORRIDA.

#### b.1) Sobre a Qualificação Econômico-Financeira

A RECORRENTE alega que a RECORRIDA deveria ter apresentado documentação de registro na Junta Comercial do domicílio da licitante.

Embora esquece que o domicílio da RECORRIDA é o estado de Pernambuco e todo o processo perante a Junta Comercial de Pernambuco é eletrônico.

Sobre a contestação do balanço, A cerca do SPED apresentado substituindo assim a chancela da junta comercial, trazemos os seguintes argumentos:

A Escrituração Contábil Digital (ECD) é parte integrante do projeto SPED e tem por objetivo a substituição da escrituração em papel pela escrituração transmitida via arquivo, ou seja, corresponde à obrigação de transmitir, em versão digital, os seguintes livros:

I - Livro Diário e seus auxiliares, se houver;

II - Livro Razão e seus auxiliares, se houver;

III - Livro Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos.

Segundo o art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.420/2013, estão obrigadas a adotar a ECD, em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2014:

[...] II - as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido, que distribuírem, a título de lucros, sem incidência do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF), parcela dos lucros ou dividendos superior ao valor da base de cálculo do Imposto, diminuída de todos os impostos e contribuições a que estiver sujeita;

Em fevereiro de 2016, o Decreto Federal nº 8.683/2016 alterou o Decreto nº 1.800/1996 (que Regulamenta a Lei nº 8.934/1994, referente ao Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências), permitindo a autenticação dos livros contábeis mediante a apresentação, ou seja, com a transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD)

O Art. 1º O Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, passou a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 78-A. A autenticação de livros contábeis das empresas poderá ser feita por meio do Sistema Público de Escrituração Digital - Sped de que trata o Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, mediante a apresentação de escrituração contábil digital. § 1º A autenticação dos livros contábeis digitais será comprovada pelo recibo de entrega emitido pelo Sped. § 2º A autenticação prevista neste artigo dispensa a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nos termos do art. 39-A da referida Lei.”

Vale transcrever os artigos mencionados da Lei n.º 8.934/1994:

“Art. 39. As juntas comerciais autenticarão: I - os instrumentos de escrituração das empresas mercantis e dos agentes auxiliares do comércio; II - as cópias dos documentos assentados. Parágrafo único. Os instrumentos autenticados, não retirados no prazo de 30 (trinta) dias, contados da sua apresentação, poderão ser eliminados. Art. 39-A. A autenticação dos documentos de empresas de qualquer porte realizada por meio de sistemas públicos eletrônicos dispensa qualquer outra.”

"Art. 39-B. A comprovação da autenticação de documentos e da autoria de que trata esta Lei poderá ser realizada por meio eletrônico, na forma do regulamento."

A IN RFB nº 1660, de 16/09/2016, que também regulamenta a apresentação da Escrituração Contábil Digital (ECD), vai ao encontro com o disposto no Decreto Federal nº 8.683/2016:

"Art. 1º Fica instituída a Escrituração Contábil Digital (ECD), de acordo com o disposto nesta Instrução Normativa.

§ 1º A ECD deverá ser transmitida, pelas pessoas jurídicas obrigadas a adotá-la, ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, e será considerada válida após a confirmação de recebimento do arquivo que a contém.

§ 2º A autenticação da ECD será comprovada pelo recibo de entrega emitido pelo SPED.

§ 3º A autenticação dos documentos de empresas de qualquer porte realizada por meio do SPED dispensa qualquer outra."

Ou seja, a empresa STA FE está obrigada a adotar o SPED para apresentação do balanço, e, dispensa o registro na Junta comercial, pois está na forma da Lei.

Em caso de dúvida, poderá ser acessado a veracidade dos documentos apresentados pela empresa RECORRIDA em questão através do link <http://www.sped.fazenda.gov.br/appConsultaSituacaoContabil/>, incluindo apenas a chave do recibo apresentado pela escrituração contábil, a qual consta nos documentos de habilitação apresentados pela RECORRIDA.

Caso entenda necessário o pregoeiro pode agir em diligência, juntos aos órgãos oficiais, para dirimir toda e qualquer dúvida a respeito da legalidade dos documentos apresentados pela RECORRIDA. Não sendo portanto, motivo de desclassificação de proposta mais vantajosa para a administração pública, pelo simples fato da RECORRENTE querer exigir documentos que não constam nas exigências explícitas do Edital e Termo de Referência.

Sendo assim, considerando com abuso ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Caso o pregoeiro entenda de modo divergente da RECORRIDA.

Diante das alegações impetradas nesta contrarrazão, percebesse o desespero da RECORRENTE, em tentar a todo custo, ludibriar a atuação do nobre Pregoeiro, o qual tomou as medidas corretas, ao aceita e habilitar a RECORRIDA como vencedora/habilitada para o item 3 do referido processo licitatório.

Restando sim, a necessidade de esclarecimentos reais e aceitáveis para as propostas apresentada pela empresa PRONTO SERVIÇOS GERAIS para os seus itens 1 e 2.

Neste sentido, rogamos pelo uso dos princípios da impessoalidade, legalidade, ampla participação, competitividade, eficiência, busca pelo menor preço, exercendo apenas a prerrogativa administrativa de sanar erros ou falhas antes da contratação. Lembrando ainda do princípio do formalismo moderado, amplamente disseminado nos processos licitatórios de todo o País, o qual deve encontrar lugar reservado nesta licitação também.

## DOS PEDIDOS

Como já ficou evidenciado, as diversas alegações da empresa RECORRENTE, apontadas na proposta da empresa RECORRIDA, bem como o vasto embasamento legal, restando que seja negado a aceitação do RECURSO impetrado pela empresa RECORRENTE. Bem como, caso entenda necessário, que seja retroagida a fase de aceitação/habilitação, oportunizando a empresa RECORRIDA a sanar toda e qualquer falha em caráter de erro formal. Sem assim prejudicar a escolha da proposta melhor e menor para a contratação e para o erário público.

Por fim, caso vosso entendimento ainda seja diverso dos vastos argumentos apresentados, requeremos que seja submetido a instância superior para apreciação do referido recurso e decisão sobre o caso.

Termos em que,  
Pede deferimento.

Recife/PE, 28 de março de 2022.

STA FÉ ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA – EPP  
CNPJ/MF 11.949.783/0001-70  
ISAURA JULIANA FREITAS LOBO VIANNA  
SÓCIA-DIRETORA-ADMINISTRADORA

**Voltar**   **Fechar**